

A PESQUISA EM GESTÃO DO CONHECIMENTO: ASPECTOS RELEVANTES NA ESCOLHA DO MÉTODO CIENTÍFICO

Helen Fischer Günther
Juarez Domingos Frasson Vidotto
Rogério Cid Bastos

RESUMO

O conhecimento é o principal recurso econômico e de desenvolvimento dos países, entretanto, o Brasil responde lentamente a esse cenário, em que os esforços continuam insuficientes para evoluir e se destacar frente a outros países. Diante disso, percebe-se que o delineamento da pesquisa científica tem se revelado um desafio para os pós-graduandos e, a indisciplina impede o entendimento da natureza dos problemas. Além disso, é preciso considerar que cada pessoa tem uma visão de mundo através da qual percebe e interpreta a realidade, tanto para compreendê-la, como para transformá-la. Há aumento da atividade científica, mas ainda há produções científicas inconsistentes, o que quer dizer que se produz mais, mas não necessariamente, que se produz melhor. Objetiva-se elaborar um referencial que permita ao acadêmico diferenciar os aspectos metodológicos das pesquisas. Para tanto, relaciona-se o positivismo com a visão funcionalista e a abordagem quantitativa e a fenomenologia com a visão interpretativa e abordagem qualitativa. Discute-se também um panorama de métodos recorrentes na Gestão do Conhecimento, em que predominam os estudos de caso, *surveys*/questionários, revisões de literatura, *frameworks*, entrevistas, modelos matemáticos e análise de conteúdo. Assim, as dificuldades encontradas sobre a definição do método e metodologia da pesquisa são naturais e fazem parte do processo de aprendizagem e amadurecimento de um pesquisador. Com o amadurecimento desse conhecimento metodológico, opções são geradas, como a possibilidade de combinação de métodos qualitativos e quantitativos, o chamado método misto, de utilização crescente. Conclui-se que cabe ao pesquisador saber fazer as escolhas para sua pesquisa, de modo coerente e adequado. A partir do entendimento e da compreensão dos fundamentos das diferentes visões de mundo, minimiza-se inseguranças do pesquisador, aprimora-se a disciplina metodológica e, melhora-se a qualidade dos resultados obtidos com a pesquisa. Avançar na compreensão das diferenças entre os paradigmas favorece a pluralidade dos saberes, em que prosperam os cientistas, o conhecimento e, a sociedade.

Palavras-chave: método científico; pesquisa em gestão do conhecimento; paradigmas.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento se consolida como principal recurso econômico e de desenvolvimento dos países (DRUCKER, 2000; QUINN, 1992), em detrimento dos recursos naturais (FRIEDMAN, 2012). O Brasil tem respondido lentamente a esse cenário, pois os esforços continuam insuficientes para promover saltos significativos frente a outros países (SOARES, NASCIMENTO, 2011).

Percebe-se o aumento da atividade acadêmica e científica, com sinais de popularização e acessibilidade. No entanto, ainda há produções científicas inconsistentes, o que quer dizer que se produz mais, mas isso não quer dizer, necessariamente, que se produz melhor.

O cenário é o de que o delineamento da pesquisa científica tem se revelado um grande desafio para os estudantes das universidades brasileiras. A compreensão dos aspectos metodológicos para elaboração de um projeto de pesquisa, muitas vezes, causa pavor no meio acadêmico. A escolha da metodologia adequada é fundamental para o desenvolvimento dos estudos científicos e exige muito raciocínio e disciplina dos acadêmicos que, em muitos casos, não estão preparados para enfrentar estes desafios.

Triviños (2011) afirma que uma das dificuldades que se apresenta para desenvolver o pensamento em torno dos conteúdos da educação é a falta de disciplina de muitos que trabalham nesse campo. A indisciplina a que o autor faz referência está relacionada à falta de coerência entre os suportes teóricos que servem de orientação e a prática social. Esta indisciplina impede a distinção da verdadeira natureza dos problemas e, assim, é possível que se considere problemas essenciais como simples questões secundárias e se percam os esforços inutilmente, atacando assuntos superficiais.

A deficiência no conhecimento do método científico pode ser entendida como uma falha dos sistemas de ensino. Para Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999) o ensino do método científico é realizado, inclusive no nível universitário, de forma incompleta, concentrando-se na parte prática, em detrimento de uma reflexão crítica e de uma discussão teórica sobre os fundamentos filosóficos.

Dessa forma, quando o acadêmico é submetido a uma situação em que necessita elaborar um projeto de pesquisa, por exemplo, é natural que surjam questionamentos como o que é o método científico? Qual é o método científico mais adequado para a pesquisa que quero desenvolver? Quais são as etapas que tenho que percorrer para ter uma pesquisa bem feita? Tenho perfil para desenvolver o tipo de pesquisa que escolhi ou que é adequado para o problema a ser desvelado?

Cada pessoa tem uma visão de mundo, uma forma através da qual percebe e interpreta a realidade, tanto para compreendê-la, como para transformá-la. Esta visão é formada por ingredientes que incluem valores, crenças, princípios, premissas, conceitos e enfoques que moldam a percepção da realidade e, como consequência, norteiam decisões, ações e interações da experiência humana.

Conforme estudo de Morgan (1980), as visões implícitas e explícitas da realidade podem ser denotadas pela utilização do termo paradigma. A visão de mundo, ou paradigma metateórico, pode incluir diversas escolas de pensamento, que com frequência constituem diferentes maneiras de abordar e estudar uma realidade compartilhada. As escolas de pensamento podem ser agrupadas, segundo o autor, em quatro paradigmas: funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical.

A visão funcionalista está baseada na hipótese de que a sociedade tem uma existência real, concreta, e um caráter sistêmico orientado para produzir um estado de coisas ordenado e regulado. Ela estimula a crença na possibilidade de uma ciência objetiva e o comportamento dos seres humanos é visto como algo que está contextualmente atado a um mundo real de relacionamentos sociais concretos e tangíveis (MORGAN, 1980). A visão interpretativista, por outro lado, baseia-se na hipótese de um mundo social de *status* ontológico muito precário, sem qualquer senso concreto e é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva do indivíduo (ANDION, 2003). A visão radical humanista enfatiza como a realidade é criada e sustentada, mas observa que os seres humanos tornam-se aprisionados dentro dos limites da realidade que eles criam e sustentam “prisão psíquica”, ou alienação. A visão estruturalista radical, por fim, está ligada a uma concepção materialista do mundo e é dependente de uma visão da sociedade como força potencialmente dominante.

A busca pela visão da realidade social (objeto da ciência) perpassa a diferenciação entre as bases filosóficas da pesquisa, o que contribui para esclarecer características específicas de diferentes orientações ou paradigmas de pesquisa (TRIVIÑOS, 2011; MERRIAM, 1998).

Diante da discussão recorrente sobre o paradigma funcionalista e o paradigma interpretativista, notadamente nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas (como é o caso da Gestão do Conhecimento), da propagação da indisciplina e da dúvida sobre como desenvolver uma pesquisa metodologicamente consistente, o presente estudo se mostra oportuno. Objetiva-se elaborar um referencial que permita ao acadêmico de Gestão do Conhecimento diferenciar os aspectos metodológicos das pesquisas, facilitando o entendimento e decisões decorrentes.

2 POSITIVISMO

A visão funcionalista tem suas bases no positivismo que, traz à discussão a grande questão fundamental de toda a filosofia, a relação do pensar e do ser (ENGELS apud TRIVIÑOS, 2011), ou seja, a discussão sobre o que é mais importante: a ideia ou a matéria.

Dessa discussão surgem duas correntes filosóficas que tentam explicar a ligação entre a ideia e a matéria: o idealismo filosófico que considera primário o espírito, a ideia, o pensamento, a consciência e o Materialismo Filosófico, que afirma o contrário, que é a matéria primária, ou seja, que ela existiu antes do pensamento.

O positivismo é uma tendência dentro do idealismo filosófico e representa nele uma das linhas do idealismo subjetivo. Tem suas raízes no empiricismo na antiguidade e originou-se como uma reação ao pensamento teológico outrora dominante.

Apesar da sua origem antiga, o positivismo teve as suas bases concretas sistematizadas nos séculos XVI, XVII e XVIII, com os pensadores Bacon, Hobbes e Hume. A fundação do positivismo é atribuída a Augusto Comte, já no século XIX. Se antes a fonte do conhecimento estava nos dogmas religiosos ou nas escrituras sagradas, com o positivismo instala-se a visão de que as verdades podem e devem ser explicadas pela observação empírica dos fatos e que o próprio homem é capaz de acessar diretamente as verdades do mundo.

Uma das afirmações mais importantes dos estudos de Comte é a de que a sociedade pode ser estudada utilizando-se da mesma lógica de investigação usada nas ciências naturais (HUGHES, 1980). O espírito de Comte foi preservado pelas obras de Mill, Spencer e Durkheim, entretanto, a ideia de que tanto os fenômenos humanos quanto os naturais estavam sujeitos a leis invariáveis e estimulava uma concepção determinista do homem, negligenciando fatores especificamente humanos como: livre-arbítrio, acaso, escolha, moralidade, emoções e similares.

O positivismo apresenta algumas características peculiares descritas por Triviños (2011) e Hughes (1980), relatadas a seguir:

- O positivismo não aceita outra realidade que não seja os fatos, fatos que possam ser observados. A afirmação vai ao encontro do que Hughes (1980) defende, ou seja, a realidade consiste essencialmente naquilo que os sentidos podem perceber;
- O ser humano não tem capacidade para conhecimento do universo. Comte manifesta-se céptico e renuncia a procurar a origem e o destino do universo (TRIVIÑOS, 2011);
- As ciências sociais e naturais compartilham de um mesmo fundamento lógico e metodológico (HUGHES, 1980);

- Neutralidade da ciência, em que a ciência estuda os fatos para conhecê-los e tão somente para conhecê-los, de modo absolutamente desinteressado. Seu papel é exprimir a realidade e não julgá-la. Não quer saber as causas e as conseqüências dos seus achados (TRIVIÑOS, 2011);
- A filosofia enquanto disciplina é parasitária em relação às descobertas das ciências. Verifica-se também uma aversão à metafísica. Como filosofia, o positivismo preocupava-se fundamentalmente em estabelecer os limites do conhecimento, assim como o caráter deste (HUGHES, 1980); e,
- Há uma distinção entre fato e valor. A ciência trata do primeiro, enquanto o segundo representa uma ordem de fenômenos bem diferente, além do âmbito da ciência (HUGHES, 1980). Triviños (2011) corrobora a ideia afirmando que fatos são objetos da ciência e que os valores estão fora da pesquisa positivista.

O positivismo reconhecia apenas dois tipos de conhecimento: o empírico e o lógico. O primeiro representado pelas ciências naturais e o segundo pela lógica e pela matemática. O privilégio é para o empírico. O positivismo inspirava-se na tradição filosófica que afirmava virem todas as nossas ideias, de uma maneira ou outra, da experiência. Qualquer ideia que não fosse derivada da experiência não seria uma ideia genuína. As crenças sobre o mundo exterior só seriam descritas como conhecimento se pudessem ser testadas através da experiência (HUGHES, 1980).

Desta forma, um sistema para ser reconhecido como empírico ou científico tem que ser comprovado através da experiência. Para facilitar o entendimento, Triviños (2011) cita o seguinte exemplo: “Choverá ou não choverá aqui, amanhã” não é considerado empírico, não admite refutação. Ao passo que “Choverá aqui, amanhã” é empírico.

O positivismo é uma forma prática e objetiva de ver o mundo e, enquadrando-se no paradigma funcionalista de Morgan (1980), pressupõe a sociedade como concreta e real, de caráter ordenado e regulado. O comportamento das pessoas está atrelado a um mundo real de relacionamentos sociais concretos e tangíveis que estimula a crença na possibilidade de uma ciência social objetiva e isenta de conotações de valor.

Durkheim foi um defensor do positivismo que, segundo Hughes (1980), procurou superar o dualismo entre ideia e matéria. Para ele a ciência era o estudo das coisas, estas não estão sujeitas à nossa vontade, suas existências independem de nossas ideias sobre elas. Entretanto, o mundo social não parecia pertencer à ordem das coisas. Muitos críticos afirmaram que Durkheim era culpado por “coisificar” a sociedade, atribuindo-lhe propriedades que esta não podia ter.

O positivismo teve um predomínio incontestável até a década de 70 e, a partir daí recebeu muitas críticas, em especial de pensadores da Escola de Frankfurt como Horkheimer, Adorno, Marcuse, Fromm entre outros. Os positivistas reificaram o conhecimento, transformaram-no num mundo objetivo, de coisas. Assim, emerge uma nova forma de ver o mundo, a fenomenologia que, com ênfase no ator, na experiência pura do sujeito realizou a desreificação do conhecimento, mas em nível de consciência, em forma subjetiva (TRIVIÑOS, 2011).

3 FENOMENOLOGIA

O interpretativismo é originado filosoficamente na fenomenologia, corrente de pensamento em que protagoniza o ator, valoriza-se a experiência pura do sujeito (TRIVIÑOS, 2011). A fenomenologia emerge como uma das chamadas novas correntes teóricas em algumas áreas do conhecimento, como por exemplo na gestão, preocupada em compreender

os fenômenos organizacionais, aproximando-se do subjetivismo e afastando-se do objetivismo – dicotomia ainda presente nos debates desse campo do conhecimento (VIEIRA, 2009; SANTOS; PINTO, 2007; VERGARA; CALDAS, 2005).

Há evidências de que o estudo da fenomenologia cresce a cada ano, bem como sua utilização como método de pesquisa, sendo os eventos científicos – em detrimento dos periódicos – o principal veículo de divulgação desse tipo de pesquisa na área de Administração (SILVEIRA; FISHER; OLIVIER, 2010). Considerando que os periódicos são a principal referência para a produção científica, percebe-se que a fenomenologia poderia ter manifestações mais significativas.

Contestações são feitas sobre a qualidade, clareza e confiabilidade dos métodos e das pesquisas que são utilizadas na corrente fenomenológica (DEMO, 2011; SANTOS; PINTO, 2007). Entende-se, a partir disso, que há oportunidade para consolidar a fenomenologia em alguns campos de pesquisa científica, como em Gestão do Conhecimento. Essa consolidação pode ter seu primeiro passo na seguinte reflexão: quais são as características que podem fortalecer a fenomenologia como uma forma de fazer ciência? Deste modo, é possível avançar nas dificuldades encontradas pelos pesquisadores da área, responder com mais vigor à abordagem predominante e vencer a “timidez” colocada por Demo (2011) com relação à resposta da pesquisa qualitativa à quantitativa.

Hughes (1980) dedica uma obra para compreender como fazer as ciências sociais, ante o predomínio do positivismo, pois defende que o estudo adequado da sociedade humana não pode ser científico à maneira das ciências naturais. Orienta que o contraste entre as ciências naturais e as sociais ocorre em razão de que, nestas, os seres humanos são tanto o sujeito quanto o objeto da investigação, o que significa que o conhecimento da sociedade é uma forma de autoconhecimento. O autor conclui que as ciências sociais devem envolver métodos radicalmente diversos dos das ciências naturais.

A fenomenologia apresenta como expoente o austríaco Husserl, com o fundamento de que a investigação do mundo vivido deve ser realizada pelos sujeitos considerados isoladamente e em sua intenção consciente em relação a um objeto (TRIVIÑOS, 2011). De modo simplificado, fenomenologia pode ser considerada o estudo ou a descrição de um fenômeno (SANTOS; PINTO, 2007), no nível da essência (TRIVIÑOS, 2011).

O alicerce pode ser entendido no comentário de Hughes (1980, p. 72), de que “o homem só pode conhecer as coisas na medida em que estas se lhe apresentam como fenômenos, nunca como as coisas são em si mesmas”. Assim, dizem Santos e Pinto (2007, p. 6), “a fenomenologia seria uma ciência de essências puras, abstraindo-se de todas as características factuais de nossa experiência”. Os fatos, então, derivam dos fenômenos e recebem do sujeito tanto a forma quanto o conteúdo (HUGHES, 1980). Aqui se percebe um contraponto claro ao conceito de “fato” do positivismo, que é considerado como algo dado, independentemente do sujeito.

Triviños (2011, p.43) complementa que a fenomenologia expressa o ensaio de uma descrição (não de uma explicação nem de uma análise) direta de uma experiência tal como ela é, pois considera que “o universo da ciência é constituído pelo mundo vivido e, se quisermos pensar na própria ciência com rigor (...) convém despertarmos primeiramente esta experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda”.

Assim, Hughes (1980) sugere que a descrição do fenômeno é uma parte essencial da observação daquilo que os membros de uma sociedade fazem ou fizeram. As vivências, portanto, podem ser consideradas os primeiros dados absolutos, que devem ser obtidas mediante a *epoché* – descrição do dado em sua pureza – e a redução fenomenológica – suspensão de crenças e proposições sobre o mundo (TRIVIÑOS, 2011).

A *epoché* e a redução fenomenológica, para Triviños (2011), permitem fornecer a objetividade da essência e a transposição da vivência de singular para universal. Tais

características podem evidenciar a fenomenologia como uma ciência, pautadas também no conceito de intersubjetividade para dar a validade geral requerida para o sujeito.

Hughes (1980) resgata o “tipo ideal” e a “compreensão interpretativa” de Weber, como uma tentativa de conciliar a compreensão do sujeito, ou da ação humana, com as exigências dos critérios científicos. Daí decorre a noção de significado, que também compõe a corrente fenomenológica. Hughes (1980, p. 76) orienta que “falar em significado é começar a assinalar o fato extremamente importante de que os seres humanos, podemos dizer, possuem uma vida mental rica e variada, refletida nos artefatos e instituições sociais nos quais eles vivem”.

Hughes (1980) ratifica que a descrição da ação social é uma questão problemática tanto para observadores quanto para atores sociais, pois as descrições são profundamente sensíveis ao contexto, revogáveis e incompletas. Este se mostra um desafio a ser superado para consolidar a fenomenologia como ciência.

Schutz (apud HUGHES, 1980) sugere que as ciências que têm significado subjetivo podem, ainda, fazer afirmações de sentido objetivo, seguindo os seguintes postulados: consistência lógica, interpretação subjetiva e adequação entre os conceitos dos sujeitos e os do cientista.

Por conseguinte, Santos e Pinto (2007) elucidam que os sujeitos da pesquisa fenomenológica são selecionados intencional e premeditadamente pelo pesquisador, com base no critério de terem experimentado o fenômeno em estudo. Consequentemente, a análise dos dados envolve a minúcia dos relatos em busca das essências (unidades de sentido) que descrevam os aspectos centrais e componham uma descrição geral final de toda a experiência que se está querendo compreender.

É preciso ponderar que há autores que consideram a fenomenologia algo maleável, que permite adaptações e diversidades, uma vez que é vista mais como uma atitude do que uma filosofia e, o seu método passa a ser mais uma forma de pensar do que um sistema rígido de dispositivos e indicações (THIRY-CHERQUES, 2004 apud SANTOS; PINTO, 2007). Tal ocorrência pode ser utilizada a favor do fortalecimento da fenomenologia como ciência da Administração, na medida em que amplia suas possibilidades descritivas; em contrapartida, pode ser vista como um ponto fraco, pois permite ambiguidades nos fundamentos e métodos, além da evidente abstração decorrente de uma “atitude” em detrimento de uma “filosofia”.

Avança-se, então, nas características identificadas que tendem a fortalecer a fenomenologia como uma forma de fazer ciência na área da gestão: evidenciar, especialmente no método adotado, o isolamento deliberado do sujeito e do fenômeno em questão; descrever explicita e organizadamente a própria essência (unidades de sentido) do fenômeno em estudo; desenvolver maneiras próprias de descrever o fenômeno; estabelecer procedimentos claros para a epoché e para a redução fenomenológica; aprofundar o estudo dos significados; detalhar o contexto e criar formas de explicitar a consistência lógica, interpretação subjetiva e adequação entre os conceitos dos sujeitos e os do cientista.

Reflexivamente, nota-se que muito do que se estuda nas organizações não é passível de análise ou de entendimento tendo como referência o positivismo. Baseado nisso é que se tem o dever de desenvolver a consistência da fenomenologia (e de outras abordagens interpretativas), para que elementos como cultura, valores, relações de poder e de bem-estar no âmbito das organizações sejam esclarecidos e compreendidos em sua plenitude.

4 MÉTODOS EM GESTÃO DO CONHECIMENTO

Para facilitar o entendimento do tema se faz necessário, inicialmente, que se apresentem algumas definições. É importante que se tenha uma compreensão clara sobre o que é método científico e metodologia.

Segundo Richardson (1999) o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo e metodologia são as regras estabelecidas para o método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses e a elaboração de instrumentos.

Vê-se que positivistas e fenomenólogos assumem diferentes tipos de problemas e procuram diferentes tipos de respostas e as pesquisas requerem, portanto, diferentes metodologias (TAYLOR; BOGDAN, 1997). Creswell (2003) orienta que deve-se começar a pesquisa com a identificação do problema ou questão de pesquisa, localizar o problema ou questão na literatura existente - apontando deficiências na literatura - e direcionar o estudo para uma audiência.

Com isso, a fim de poder fazer uma escolha consciente e consistente do método que norteará o desenvolvimento da pesquisa, deve o acadêmico estar familiarizado com os pressupostos da visão de mundo escolhida ou com a qual se identifica.

É nesse momento, confronta Demo (2011), que pesquisadores defendem seus paradigmas e acabam por desqualificar os demais, travando uma batalha ideológica estéril. O autor sugere que a energia dedicada ao confronto ideológico seja direcionada para o aprimoramento dos processos produtivos da ciência, a fim de gerar conhecimento próprio e não rotulado.

O pesquisador, idealmente conhecendo os fundamentos, faz escolhas para delinear sua pesquisa e, dialoga com seus pares, formando uma comunidade distinta, que tem seus próprios pressupostos, teorias, métodos e técnicas. Morgan (1980) afirma que essa comunidade passa a ter uma visão absoluta e particular sobre alguns temas, que reflete parcialidade para aqueles que estão de fora.

Hughes (1980) alega que a comunidade representa a autoridade intelectual para o pesquisador, pois é com ela que interage. Com isso, evidencia-se o caráter social da ciência (HUGHES, 1980; MORGAN, 1980), de que “afirmações e justificações funcionam, se o fazem, em virtude de concepções coletivamente mantidas acerca do mundo e sobre o modo como a ele nos relacionamos” (HUGHES, 1980, p. 17).

Demo (2011), então, alerta que a ciência está longe de ser neutra e que a questão do mérito se esvai no tumulto das vaidades. De certa forma, contraria o argumento da autoridade de Hughes (1980) e propõe a autoridade do argumento, o que se aproxima da disciplina intelectual quando se considera a coerência e coesão da pesquisa por ela mesma, e não somente perante uma comunidade científica.

Percebe-se que planejar um projeto de pesquisa envolve pensar em algumas questões antes de começar o projeto propriamente dito. Vê-se, por exemplo, que uma consideração fundamental se refere à orientação filosófica do pesquisador e da pesquisa, pois uma vez escolhida ou identificada, permite considerar características pessoais nas demais escolhas a serem feitas no decorrer do delineamento da pesquisa (MERRIAM, 1998).

Conforme Taylor e Bogdan (1997) e Merriam (1998), muitos autores relacionam a fenomenologia (base filosófica da visão de mundo interpretativa) com a pesquisa qualitativa, enquanto o positivismo (base filosófica da visão de mundo funcionalista) é relacionado com a pesquisa quantitativa. Tais analogias orientam também o presente estudo, pois são aplicados coerentemente aos seus fundamentos e atendem ao objetivo proposto.

Pesquisas que utilizam metodologias qualitativas podem ser vistas como aquelas que produzem dados descritivos - escritos pessoais, palavras faladas e comportamento observável (TAYLOR; BOGDAN, 1997), ou ainda, que têm uma atividade situada que localiza o observador no mundo (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Pesquisas que utilizam metodologias quantitativas podem ser identificadas como aquelas que consideram dados estatísticos e matemáticos - cálculos amostrais e de proporcionalidade de representação, medidas estatísticas como percentuais, médias, modas,

testes de hipótese, testes de confiabilidade - para coletar, analisar, interpretar e relatar os resultados de um estudo (CRESWELL, 2003).

Denzin e Lincoln (2006, p. 23) esclarecem que a pesquisa qualitativa “implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma) em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência”. Na pesquisa qualitativa é ressaltada “a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” em que “buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado”. Na pesquisa quantitativa é enfatizado “o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis, e não processos. Aqueles que propõem esses estudos alegam que seu trabalho é feito um esquema livre de valores”.

Pode-se verificar comparativamente as distinções entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa no quadro a seguir.

Aspecto	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Foco da pesquisa	Quantidade (quanto ou quantos)	Qualidade (natureza, essência)
Fundamentos filosóficos	Positivismo	Fenomenologia
Objetivo da investigação	Predição, controle, descrição, confirmação, teste de hipóteses	Compreensão, descrição, descobrimento, significado, geração de hipóteses
Características do projeto	Predeterminado, estruturado	Flexível, envolvente, emergente
Amostra	Grande, aleatória, representativa	Pequena, intencional, não aleatória, teórica
Coleta de dados	Instrumentos inanimados (escalas, testes, surveys, questionários, computadores)	Pesquisador como instrumento básico (entrevistas, observações, documentos)
Forma de análise	Dedutivo (por métodos estatísticos)	Indutivo (pelo pesquisador)
Achados	Preciso, numérico	Compreensivo, holístico, expansivo, ricamente descritivo

Quadro 1: Distinções entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa.

Fonte: Adaptado de Merriam (1998).

Wallace, Fleet e Downs (2010) ressaltam que qualquer que seja o estado da Gestão do Conhecimento como uma profissão, não surgiu como uma disciplina profissional, particularmente no que diz respeito ao *status* acadêmico da literatura de Gestão do Conhecimento, pois analisam que a literatura em Gestão do Conhecimento não apenas é imatura metodologicamente, como também apresenta tendência de evolução distinta das demais literaturas. Diante disso, apontam duas implicações para futuras pesquisas na área:

- Necessidade de determinar se a natureza do conhecimento em Gestão do Conhecimento continua a evoluir para uma aparente nova direção ou se começa a se

mover em conformidade com os padrões das metodologias das ciências sociais. A dominância do que tem sido denominado aqui de metodologias provisórias pode ser um desenvolvimento que vai desaparecer a medida em que a literatura amadurece, mas pode ser um indicador de uma distinção permanente para a literatura em Gestão do Conhecimento.

- Seria útil comparar o padrão de uso dos métodos de pesquisa na literatura de Gestão do Conhecimento para outras disciplinas, tais como biblioteconomia, administração, ciência da informação ou ciência da computação, para determinar se há de fato um padrão único que caracteriza a literatura de Gestão do Conhecimento.

Atualmente, segundo a pesquisa de Wallace, Fleet e Downs (2010), que analisa em torno de 3000 artigos no período de 2006 a 2008, as metodologias de pesquisa mais utilizadas nas produções científicas na área de Gestão do Conhecimento são: estudo de caso (26,8%); survey/questionário (16,9%); revisão de literatura (15,4%); *framework* (14,5%); entrevistas (11,9%); modelos matemáticos (4,8%); análise de conteúdo (2,6%); estudo de campo (1,8%); e outros dezoito outros métodos (5,3%).

Um indicador curioso do referido estudo é o de que mais de 25% dos artigos relacionados a Gestão do Conhecimento não apresentam a metodologia de pesquisa identificável e podem ser relacionados a exposição de opiniões de *experts*, revisões de literatura expositivas e resumos de práticas. Pesquisas empíricas que utilizam métodos de pesquisa estabelecidos nas ciências sociais claramente não são o foco dominante dos artigos de periódicos de Gestão do Conhecimento. Os autores apontam também que os estudos de caso claramente são mais qualitativos do que quantitativos (WALLACE; FLEET; DOWNS, 2010).

Percebe-se que há diversas abordagens e métodos de pesquisa que vêm se multiplicando, conforme Creswell (2003), gerando uma ampla variedade de opções para escolha do pesquisador. O autor recomenda que o pesquisador utilize um *framework* geral para guiar todas as facetas do estudo, para acessar as bases filosóficas que norteiam a pesquisa, para a coleta de dados detalhada e para os procedimentos de análise. Uma última vantagem em se utilizar de um *framework* existente é a de que permite aos pesquisadores apresentar suas ideias bem fundamentadas na literatura e reconhecidas pelo público que lê e apoia as propostas de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cumprir o objetivo proposto neste estudo de elaborar um referencial que permita ao acadêmico de Gestão do Conhecimento diferenciar os aspectos metodológicos das pesquisas, facilitando o entendimento e decisões decorrentes, procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema. Esta revisão da literatura reuniu um conjunto de publicações que foram organizados e sistematicamente analisados, que possibilitou discorrer sobre o tema objeto do estudo.

É pertinente trazer a menção de Flexner em Wallace, Fleet e Downs (2010) de que uma profissão deve encontrar meios dignos e críticos de expressar-se na forma de uma publicação que deve descrever cuidadosamente o trabalho que está em andamento, e que deve, de tempos em tempos, registrar suas performances mais impressionantes em uma literatura de solidez e variedade crescentes.

As dificuldades encontradas pelos acadêmicos sobre a definição do método e metodologia da pesquisa são naturais e fazem parte do processo de aprendizagem e amadurecimento de um pesquisador. É pertinente lembrar que - além do estudo de Morgan (1980) que resultou no estabelecimento dos quatro paradigmas (funcionalista, interpretativo,

humanista radical e estruturalista radical) - existem inúmeras outras classificações de visões de mundo ou paradigmas, afinal, o conhecimento científico avança continuamente. Entretanto, para efeito deste estudo, concentrou-se a análise nas visões funcionalista (em suas bases positivistas) e interpretativa (em suas bases fenomenológicas) pelo fato de que estas abordagens abarcam a grande maioria dos estudos científicos e serem as mais recorrentes.

A visão funcionalista indica uma percepção reguladora e prática, entende a realidade social para produzir conhecimento empírico útil, as verdades podem e devem ser explicadas pela observação empírica dos fatos. Assim, de acordo com este paradigma, a ciência estuda os fatos para conhecê-los objetivamente, admitindo a possibilidade de apreender uma realidade tal como ela é, pois as ideias vêm da experiência. É uma forma prática e objetiva de ver o mundo.

A visão interpretativista, por sua vez, percebe a realidade social como produto da experiência dos indivíduos e de cada indivíduo. A noção da intencionalidade é uma característica, em que se exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à consciência. Esta abordagem questiona a neutralidade da ciência, do estudo totalmente desinteressado dos fatos tratados pelo positivismo e destaca a importância do sujeito no processo de construção do conhecimento.

Cabe, então, ao pesquisador saber fazer as escolhas para sua pesquisa, de modo coerente e adequado e realizar deliberadamente combinações originais com o domínio de todos os aspectos envolvidos. Avançar na compreensão das diferenças entre as visões de mundo favorece a pluralidade dos saberes, em que prosperam os cientistas, o conhecimento e, a sociedade.

Afinal, como diz Schleicher (2012 apud FRIEDMAN, 2012), “o conhecimento e a capacitação tornaram-se a moeda global das economias do século 21, mas não existe nenhum banco central que imprima essa moeda. Todo mundo tem que decidir por contra própria o quanto irá imprimir” e, mais ainda, de que maneira irá imprimir.

É preciso considerar também a possibilidade de combinação de métodos qualitativos e quantitativos, gerando um método misto, cuja aplicação tem crescido substancialmente (CRESWELL, 2003). Conforme Taylor e Bogdan (1997) e Merriam (1998), muitos autores relacionam a fenomenologia (base filosófica da visão de mundo interpretativa) com a pesquisa qualitativa, enquanto o positivismo (base filosófica da visão de mundo funcionalista) é relacionado com a pesquisa quantitativa. Tais analogias orientam também o presente estudo, pois são aplicados coerentemente aos seus fundamentos e atendem ao objetivo proposto.

Finalmente, o estudo cumpre o objetivo proposto de elaborar um referencial teórico para facilitar a escolha dos métodos científicos que norteiam a pesquisa em Gestão do Conhecimento. A partir do entendimento e da compreensão dos fundamentos das diferentes visões de mundo, em especial, das correntes funcionalista e interpretativista, o acadêmico pode minimizar seus medos, inseguranças ou angústias em relação aos aspectos metodológicos e tende a desenvolver melhores condições para o delineamento e realização da pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais - Pesquisa Quantitativa e Qualitativa** - São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANDION, C. Ser ou estar gerente? Reflexões sobre a trajetória e o aprendizado gerenciais. In: **Revista de Ciências da Administração**, v. 5, n. 9, jan-jul, 2003.
- CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 2ª Ed. Sage Publications, 2003.

DEMO, P. **Forças e fraquezas do positivismo**. 2011. Disponível em: <<http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/ffpositivismo.html>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DRUCKER, P. O advento da nova organização. In: SERRA, A. C. C. **Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 9-26.

FRIEDMAN, T. L. **Conhecimento é o recurso mais valioso e o único verdadeiramente renovável do mundo atual**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/thomas-friedman/2012/03/13/conhecimento-e-o-recurso-mais-valioso-e-o-unico-verdadeiramente-renovavel-do-mundo-atual.htm>>. Acesso em 17 mar. 2012.

HUGHES, J. **A Filosofia da Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MERRIAM, S. B. What is qualitative research? In: **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998, p. 3-25.

MORGAN, G. **Paradigms, Metaphors and Puzzle Solving in Organization Theory**. Administrative Science Quarterly, v. 25, 1980, p. 605-622.

QUINN, J. B. **Intelligent Enterprise: a knowledge and service based paradigm for industry**. New York: Free Press, 1992.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas** - São Paulo: Atlas, 1999.

SERRA, A. C. C. **Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, L. L. S.; PINTO, M. R. Fenomenologia, Interacionismo Simbólico e Grounded Theory: Um Possível Arcabouço Epistemológico-Metodológico Interpretacionista para a Pesquisa em Administração? In: **XXXI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, set. 2007.

SILVEIRA, R. Z.; FISHER, C.; OLIVIER, M. A Fenomenologia como Método de Pesquisa: uma Análise a Partir dos Trabalhos Publicados nos Principais Eventos e Revistas Nacionais em Administração - 1997 a 2008. In: **XXXIV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, set. 2010.

SOARES, S. S. D.; NASCIMENTO, P. A. M. **Evolução do desempenho cognitivo do Brasil de 2000 a 2009 face aos demais países**. Brasília: IPEA, jul. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1641.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. Introduction: go to the people. In: **Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource**. 3ª Ed. New York: John Wiley, 1997, p. 3-23.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma Interpretacionista: Em busca da superação do objetivismo funcionalista dos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 223-234.

VIEIRA, A. M. Questões hermenêuticas em estudos organizacionais: um olhar sobre a fenomenologia e sobre a etnografia. In: **XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo, set. 2009.

WALLACE, D. P.; FLEET, C. V.; DOWNS, L. J. The Use of Research Methodologies in the Knowledge Management Literature. In: **ASIST 2010**, October 22–27, Pittsburgh, United States of America, 2010.